



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.475, DE 2019 **(Do Senado Federal)**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir no rol de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando se tratar de servidora pública, a remoção e o afastamento remunerado para tratamento psicossocial ou de saúde.

NOVO DESPACHO:

APENSE-SE O PL-945/2023 AO PL 943/2023. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO QUE A CCJC SE MANIFESTE TAMBÉM SOBRE O MÉRITO DA MATÉRIA. POR OPORTUNO, ESCLAREÇO QUE EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO NAS COMISSÕES EFETIVADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2023, A MATÉRIA DEVERÁ SER ANALISADA PELA CTRAB E PELA CASP, NESSA ORDEM, LOGO APÓS DA CMULHER.

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;

TRABALHO;

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 943/23 e 945/23

(*) Atualizado em 12/05/23, para inclusão de apensados (2(

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir no rol de medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando se tratar de servidora pública, a remoção e o afastamento remunerado para tratamento psicossocial ou de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

“Art. 23.

VI – determinar à Administração Pública, a requerimento da servidora pública ofendida, sua remoção para outra localidade, garantidas as mesmas condições da remoção de ofício, bem como o sigilo dos dados da ofendida nos atos de publicidade oficial resultantes da remoção;

VII – determinar o afastamento remunerado da servidora pública ofendida por até 15 (quinze) dias para tratamento psicossocial ou de saúde.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de março de 2021.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
TÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS
.....

.....
CAPÍTULO II
DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
.....

.....
Seção III
Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida
.....

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos;

V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. ([*Inciso acrescido pela Lei nº 13.882, de 8/10/2019*](#))

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficial ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 943, DE 2023

(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, garantindo afastamento remunerado e acomodação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-3475/2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023 (Da Sra. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, garantindo afastamento remunerado e acomodação em outra unidade para prestação de serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.

§ 2º

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, **sem prejuízo salarial**” (NR)

Art. 2º O caput do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“IV - à servidora pública é garantido o direito de acomodação e futura remoção, em lugar próximo ao de seu abrigamento, independente da época do ano que ele ocorrer, garantindo o sigilo da acomodação/remoção nos atos de publicidade oficial;”

Art. 3º O art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 35





CÂMARA DOS DEPUTADOS

VI - cursos e cartilhas periódicos para formação de servidores públicos sobre violência de gênero e órgãos de acolhimento e denúncia”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Apresentação: 07/03/2023 18:28:43,920 - MESA

PL n.943/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237739105400>



LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Em todo o mundo, muitas mulheres são vítimas de violência. No primeiro semestre de 2022, a central de atendimento da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres.¹

As mulheres brasileiras enfrentam diariamente situações que as colocam em risco de morte, muitas vezes são agredidas e ameaçadas por pessoas com as quais compartilham a vida e estar diante de uma situação como essa não é fácil. É necessária extrema coragem e garantia dos direitos, através das políticas públicas de proteção à mulher.

Estudos revelam que uma a cada três mulheres brasileiras (33,4%) com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual de parceiros ou ex-parceiros. O índice é maior que a média global, de 27%². Essa situação piora quando a vítima de violência é uma servidora pública, como muitas vezes elas são o arrimo da família obrigam-se a permanecer sob agressão para que não perca seu emprego, é necessário mudarmos esse cenário! Ao analisarmos os serviços públicos é de conhecimento público que a ampla maioria dos servidores são mulheres e analisando os equipamentos sociais de grande trânsito de pessoas como escolas e equipamentos médicos essa média aumenta muito, por isso precisamos proteger essas mulheres, é necessário cuidar de quem cuida.

Precisamos garantir que as servidoras públicas possam sair da situação de violência nas quais vivem e que seus empregos sejam preservados durante o processo judicial, só assim elas terão a garantia que poderão construir novas vidas longe da violência.

Eis as justificativas da presente proposição que submeto à avaliação dos nobres legisladores.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal PSOL/SP

1

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>
acessado em 04/03/2023

2

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/03/brasil-esta-diante-de-um-aumento-de-violencia-contra-a-mulher-diz-pesquisadora.htm?cmpid=copiaecola>
acessado em 04/03/2023



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 Art. 9º, 35	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006-08-07;11340

PROJETO DE LEI N.º 945, DE 2023**(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)**

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, prevendo a possibilidade de licença e remoção às vítimas e garantindo o acolhimento e instrução legal por meio da chefia imediata do órgão onde é lotada ou presta serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica e direitos trabalhistas e para constar como agravante o fato do autor do crime de violência doméstica ser funcionário público.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-943/2023. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO QUE A CCJC SE MANIFESTE TAMBÉM SOBRE O MÉRITO DA MATÉRIA. POR OPORTUNO, ESCLAREÇO QUE EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO NAS COMISSÕES EFETIVADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2023, A MATÉRIA DEVERÁ SER ANALISADA PELA CTRAB E PELA CASP, NESSA ORDEM, LOGO APÓS DA CMULHER.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023 (Da Sra. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE)

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre medidas protetivas à mulher servidora pública em situação de violência doméstica e familiar, prevendo a possibilidade de licença e remoção às vítimas e garantindo o acolhimento e instrução legal por meio da chefia imediata do órgão onde é lotada ou presta serviço, a fim de resguardar sua integridade física e psicológica e direitos trabalhistas e para constar como agravante o fato do autor do crime de violência doméstica ser funcionário público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido da alínea “d”:

“Art. 36

III)

d) por motivo de situação de violência doméstica e familiar, autorizado a criação de auxílio a seus dependentes relativo à mudança de domicílio, garantido o sigilo da acomodação/remoção nos atos de publicidade oficial”

Art. 2º O art. 81 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso VIII:

“Art. 81

VIII - em caso de mulher vítima de violência doméstica”

Art. 3º Acrescenta-se a Sessão IX - Da licença à mulher vítima de violência doméstica - com o respectivo art. 92 - A à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Sessão IX

Da licença à mulher vítima de violência doméstica

Art. 92 - É assegurada à mulher vítima de violência doméstica o direito à licença com remuneração enquanto perdurar a necessidade de afastamento do serviço, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso;

§1º - a licença poderá ser concedida pela chefia imediata da servidora pública pelo prazo de 05 dias sem necessidade de comprovação documental, preservando o direito a não revitimização da vítima;

§2º - a licença por situação de violência doméstica será equiparada para fins de aposentadoria, evolução, progressão e demais vantagens e auxílios à licença por acidente de trabalho.”

Art. 4º O art. 116 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §:

“Art. 116

§ 2º Quando encontrar-se em cargo de função de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação o acolhimento de servidora pública vítima de violência doméstica, disponibilizando todas as informações devidas para a busca dos órgãos competentes à sua proteção, respeitado o sigilo da servidora pública e sua não revitimização;

§ 3º Cada repartição de serviço público deverá instaurar protocolo de atendimento à servidora vítima de violência doméstica, com acolhimento e disponibilização de todas as informações devidas para a busca dos órgãos competentes à sua proteção, respeitado o sigilo e sua não revitimização

§4º - é dever do Poder Público a oferta de cursos e materiais de formação de conscientização sobre enfrentamento nas situações de violência doméstica para o conjunto de servidores públicos, em especial aqueles em cargos de função de direção, chefia ou assessoramento”

Art. 5º Acrescenta-se ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, os §§11 - A e 11 - B:

“Art. 129





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§11-A Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido por funcionário público;

§11-B Na hipótese do §11-A deste artigo, após condenação, a autoridade judiciária deverá encaminhar os autos à repartição administrativa onde o funcionário público presta suas funções a fim da instauração do devido procedimento administrativo disciplinar”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Há 17 anos, publicava-se a Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Apesar do longo período desde a sua implementação, os desafios para o enfrentamento de casos de violência doméstica no Brasil ainda são gritantes.

Até a apresentação do presente Projeto de Lei, não há qualquer previsão no Estatuto do Servidor Público de garantias e proteções específicas às servidoras públicas vítimas de violência doméstica e familiar.

Também não há previsão de cursos e formações para os servidores públicos, em especial aqueles em função de direção, chefia ou assessoramento para atuar nos casos a eles relatados pelas próprias servidoras dentro de suas repartições.

A propositura destes direitos e protocolos aos servidores públicos é de suma importância, visto que são as servidoras públicas as responsáveis pelo tratamento primário de vítimas de violência doméstica, como aquelas que exercem as funções de assistência social, de saúde e de segurança. Nada mais justo, portanto, do resguardo de seus direitos enquanto mulheres servidoras públicas.

Desta forma, a proteção dos direitos das mulheres torna-se cada vez maior, visto que deve estar presente em todos os ambientes onde encontra-se grande número de mulheres, como é o caso de repartições públicas.

Trata-se, portanto, de Projeto de Lei que avança no combate à violência doméstica e familiar no Brasil por meio da aplicação de protocolos e garantia de direitos a grande parte do funcionalismo público, suas servidoras.

Eis as justificativas da presente propositura que submeto à avaliação dos nobres legisladores.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal PSOL/SP



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 Art. 36, 81, 92, 116	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-12-11;8112
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 Art. 129	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-1207;2848

FIM DO DOCUMENTO